

Às vésperas de uma colisão de proporções históricas?

10 OUT 1983

Paul Singer (*)

Até o dia em que o Congresso brasileiro rejeitou o Decreto-lei nº 2.024, o destino econômico do País decidia-se entre Washington, Nova York e Paris. De repente, a decisão transferiu-se de volta a Brasília. O Brasil deixou de se ajustar passivamente às exigências dos credores externos e — graças à maioria parlamentar oposicionista, sintonizada com os reclamos da sociedade civil — adotou uma atitude de resistência.

A reação dos nossos credores, pela palavra autorizada do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, foi petulante e descabida, mas não inesperada. O sistema financeiro internacional, capitaneado ostensivamente pelo FMI, mas de fato pelo governo americano, está convicto que pode impor ao Brasil a única política econômica que lhe parece acertada. Esta política consiste não só na redução drástica das importações, de modo a produzir superávits crescentes na balança comercial, mas também no modo como aquela redução deve ser obtida. O Brasil está proibido de conter suas importações através de medidas administrativas ou mediante taxas múltiplas de câmbio. A contenção das importações tem de ser obtida através de cortes generalizados do consumo e do investimento, tanto público quanto privado. E sua consequência não tem sido apenas a queda das importações, mas a aceleração inflacionária a níveis insuportáveis, a elevação das taxas de juros e o agravamento da crise econômica, que já atormenta o País há quase três anos.

E neste contexto que o arrocho salarial, imposto pelo Decreto-lei nº 2.045, adquire todo seu sentido. Para o sistema financeiro internacional, é a prova de que o povo brasileiro aceita a sua quota de sacrifício para restaurar a "credibilidade externa" do País. Na visão distorcida da bu-



GAZETA MERCANTIL

ocracia financeira do capitalismo central, a concessão de novos créditos — que nada mais são do que o adiamento dos prazos de vencimento de dívidas e juros — é um sacrifício feito por eles, que só é aceitável em troca da total submissão de nossa parte às suas diretrizes. Habitados a impor diretrizes análogas a seus próprios povos, com consequências idênticas — retrocesso econômico, desemprego generalizado, empobrecimento crescente — não vêem como poderiam politicamente aceitar um tratamento menos rigoroso a devedores relapsos como o Brasil.

A disposição da sociedade civil brasileira é totalmente diferente, para não dizer oposta. Nossos trabalhadores não aceitam o desemprego nem o arrocho salarial como remédios inevitáveis para a cura econômica. Em abril, a massa de desempregados paralisou durante alguns dias a maior metrópole do País. Em 21 de julho, a primeira tentativa de greve geral na história recente atingiu o coração industrial do Brasil. Em agosto, representantes de 12 milhões de trabalhadores realizaram seu congresso em São Bernardo do Campo e formaram uma central sindical — a CUT —, multiplicando assim seu poder de mobilização. Outras reuniões sindicais estão marcadas até o fim do ano.

Mas não é menos surpreendente a reação do outro lado da pirâmide social. O patronato brasileiro, pela voz de seus empresários mais representativos e pela maioria dos seus órgãos de classe, também rejeita esta política econômica e, em especial, o Decreto-lei nº 2.045. Em vez de alívio na folha de pagamentos, preferem ver-se aliviados do arrocho financeiro, isto é, da falta de crédito, dos juros esmagadores e do peso das dívidas denominadas em dólares. Em suma, a burguesia brasileira deseja sair do impasse produzindo mais, empregando mais gente, vendendo mais aqui e no exterior, em vez de cortar investimentos, salários e empregos. O que, aliás, é perfeitamente coerente com seus interesses.

O que aconteceu em 21 de setembro é que o Congresso Nacional, por sua maioria, passou a refletir esta nova postura da sociedade civil. A queda do Decreto-lei nº 2.024 rompe a submissão tradicional do legislativo ao executivo e restaura a sua independência e o equilíbrio entre os três poderes. O que se pode esperar, pois, é a rejeição próxima do Decreto-lei nº 2.045, por maioria ainda mais ampla, assim como de qualquer outra medida com finalidade semelhante. Neste momento histórico, o Parlamento brasileiro é o centro de resistência a uma política de crise, que está sendo imposta a partir de Washington a quase todos os países do Terceiro Mundo.

Em face deste fato novo,

a resistência do Congresso americano em votar o aumento da cota dos EUA no FMI só deve aumentar. Talvez o sr. Donald Regan, em vez de tremer perante a visão que ele tem do futuro brasileiro, deve se preocupar com o futuro próximo do sistema financeiro internacional. Porque o Brasil não está sozinho. Só na América Latina, vários governos, que se distinguem pela submissão ao FMI, parecem estar com seus dias contados. Países como a Venezuela, a Bolívia e a Nicarágua, pelos seus governos, já deram provas públicas de que não se dispõem a aplicar o receituário recessivo do FMI. Nestas condições, é possível que estejamos na véspera de uma colisão de proporções históricas.

Em regra, os choques políticos mais agudos produzem-se a partir da subestimação da força do outro lado. Parece claro que tanto o governo brasileiro quanto a cúpula do sistema financeiro internacional subestimam a força dos que se opõem à sua política. O governo brasileiro aparentemente começa a descobrir o seu engano de avaliação e, um tanto tardivamente, dispõe-se a encetar negociações. Mas, além do prazo exíguo — estamos há meses sem crédito externo e nossas importações começam a se interromper por falta de pagamento —, o que é que ele tem a oferecer? Tudo leva a crer que a latitude, que lhe concedem os credores externos, nem de longe se aproxima do mínimo exigido, pela opi-

nião pública. Em outras palavras, a intransigência externa só exalta a intransigência nacionalista dos representantes do povo brasileiro. Assim, a negociação que se esboça, entre governo e parlamento, parece fadada ao fracasso.

Desde pelo menos o dia 13 de julho de 1983, quando o governo, travestido de Conselho de Segurança Nacional, baixou o malfadado 2.045, a sociedade brasileira e a finança internacional entraram em rota de colisão. Se ela se produzir, as atuais estruturas de poder, tanto no plano nacional quanto no internacional, não sobreviverão.

(*) Professor de Economia da PUC de São Paulo; membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).